

## **Análise de Informações de Capital Intelectual nos Relatórios das Universidades**

**Telma Maria Chaves Ferreira da Silva**

Universidade de Aveiro (UA)

telmachaves@ua.pt

**Augusta da Conceição Santos Ferreira**

Universidade de Aveiro (UA)

augusta.ferreira@ua.pt

**Edson José Borges**

Universidade de Aveiro (UA)

Edson.jose.borges@ua.pt

### **Resumo:**

Para alargar a perspectiva do conhecimento sobre a temática do ativo intangível, designadamente, no que diz respeito ao capital intelectual, este artigo tem o objetivo de identificar e analisar as informações constantes no relatório de gestão da universidade pública federal da Universidade de São Carlos, situada no Estado de São Paulo - Brasil. Esse documento é uma exigência do órgão de fiscalização do país aplicado a administração pública, no qual se identificam informações de natureza contabilística, financeira e orçamental que fornecem uma visão sistémica do desempenho e da gestão dos responsáveis da organização. Essa abordagem justifica-se pela relação direta entre o conhecimento e a universidade, na qual se identifica uma elevada intensidade de recursos intangíveis. Neste contexto, elaborou-se um conjunto de procedimentos que visam identificar e compreender a representação das informações de capital intelectual no relatório de gestão das universidades públicas no Brasil, sob uma forma diferente do objetivo original do relatório de gestão. A metodologia de estudo consistiu numa abordagem exploratória com a técnica de análise de conteúdo aplicada no relatório de gestão de 2013. Neste contexto, a partir desse documento, o artigo aponta algumas inferências, como a identificação da existência da divulgação de várias informações de capital intelectual no relatório de gestão da Universidade Federal de São Carlos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Nova Gestão Pública, Capital intelectual, Universidade.

### **1. Introdução**

Existe uma discussão sobre o desafio da divulgação das informações no âmbito do ensino superior. As universidades, para lidarem com as múltiplas missões e cumprir o dever de prestação de contas, necessitam melhorar os mecanismos de gestão e divulgação de informações, nomeadamente, as informações de capital intelectual. O termo capital intelectual se refere aos recursos de uma organização que não só inclui os recursos de capital humano dos funcionários, mas também os recursos da própria organização e a relação com o ambiente na

qual está inserida (LEITNER et al., 2014). Neste artigo, a definição de Andriessen (2004) é selecionada para apresentar o significado do conceito, na qual capital intelectual é um subconjunto de intangíveis que inclui todos os recursos que estão relacionados com a capacidade e atividade intelectual.

O ensino, sobretudo, o superior, é estratégico para a sociedade, como um instrumento destinado à formação do fator produtivo “trabalho” para economia, existindo também a ânsia social, contextualizada no movimento da Nova Gestão Pública, para um sistema educativo público independente e transparente na sua gestão, gerador da possibilidade de oferecer à sociedade condições de uma reflexão crítica sobre o andamento do governo dessas organizações (GALBRAITH, 1985).

Neste contexto, surge a seguinte questão de partida: de que maneira as informações de capital intelectual são divulgadas nos relatórios de gestão das universidades públicas? Para alargar a perspectiva do conhecimento sobre a temática do ativo intangível, designadamente, no que diz respeito ao capital intelectual, este artigo tem o objetivo de identificar e analisar as informações no relatório de gestão da universidade pública federal. Esse documento é uma exigência do órgão de fiscalização do Brasil aplicada à administração pública federal, no qual se identificam informações de natureza contabilística, financeira e orçamental que fornecem uma visão sistémica do desempenho e da gestão dos responsáveis da organização (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2010).

Essa abordagem justifica-se pela relação direta entre o conhecimento e a universidade, na qual se identifica uma elevada intensidade de recursos intangíveis. Neste contexto, elaborou-se um conjunto de procedimentos que visam identificar e compreender a representação das informações de capital intelectual no relatório de gestão das universidades públicas no Brasil, sob uma forma diferente do objetivo original do relatório de gestão.

A metodologia de estudo consistiu numa abordagem exploratória aplicada ao documento, na qual houve a utilização da técnica de investigação de análise de conteúdo. Para fazer o levantamento das informações de capital, selecionou-se o relatório de gestão do ano de 2013 da Universidade Federal de São Carlos, situada no Estado de São Paulo, representante do maior Produto Interno Bruto (PIB) das 27 unidades federativas do Brasil (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015).

Neste contexto, a partir desse documento, o artigo aponta algumas inferências, como a identificação da existência da divulgação voluntária de várias informações de capital intelectual no relatório de gestão da Universidade Federal de São Carlos.

Para além da introdução, a estrutura deste artigo está delineada da seguinte forma: na secção 2 fazemos a revisão da literatura, na secção 3 procedemos à descrição da metodologia, na secção 4 apresentamos os resultados do estudo e procedemos à sua análise e discussão e, por fim, na secção 5 tecemos algumas considerações finais e apontamos pistas para trabalhos futuros.

## **2. Revisão da literatura**

### **2.1 O Enquadramento do ensino Superior no Brasil**

O início do ensino superior em alguns países da América Central e do Sul teve início no século XVI. No Brasil, tardiamente, a criação da educação superior surgiu somente no início do século XIX com a chegada da família real portuguesa para o país em 1808 (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2011).

O histórico da criação do ensino superior brasileiro é suportado nos contornos do modelo napoleónico, no qual a instituição de ensino superior pública proporciona aos seus licenciados os direitos legais para exercer a prática profissional e usufruir dos direitos e benefícios oriundos do estatuto profissional. O modelo brasileiro era composto por escola ou faculdade, sem a exigência de instituições estruturadas em forma de universidades. Essas foram criadas na década de 1930 com a agregação das faculdades existentes (SCHWARTZMAN; KLEIN, 1994).

A relação de maior controlo entre a administração pública e o ensino superior foi iniciada na década de 1930, na altura da criação do Ministério da Educação (MEC), o qual estabeleceu os currículos básicos para os cursos de ensino superior, controlando também a criação de novas faculdades e universidades. O contexto do ensino superior apresentava uma relação de elevado controlo, através de regulamentação e procedimentos, do governo federal sobre essa atividade, como consequências ainda do modelo napoleónico (SCHWARTZMAN; KLEIN, 1994).

Em 1964, a ditadura militar assumiu o governo do Brasil e introduziu em 1968 uma reforma educacional que tinha o objetivo, entre outros, de restringir a liberdade académica e a autonomia da universidade. Para além disso, os militares planejavam construir uma estrutura universitária que permitisse eliminar a oposição e o confronto com estudantes e intelectuais do ensino superior (SCHWARTZMAN; KLEIN, 1994).

Em 1988, a constituição brasileira, apenas três anos após o fim do regime autoritário, dispôs no seu conteúdo a condição de autonomia para a universidade no artigo 207. Nesse artigo constitucional, identifica-se a indicação de autonomia para os aspetos didático-científico, administrativo e de gestão financeira e patrimonial com a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

A Carta Magna de 1988 não aponta claramente a natureza do serviço da universidade, mas estabelece indiretamente que ela deve ser dedicada ao avanço e divulgação – ensino, pesquisa e extensão - do conhecimento. E como uma organização de relevância estratégica para a sociedade em geral, a universidade deve prestar contas efetiva dos seus serviços, apesar da sua autonomia. Essa pode ser entendida, de modo geral, como a capacidade de reger-se por leis próprias. No entanto, não concede a entidade liberdade absoluta, pois a autonomia é restrita ao exercício de suas atribuições e a instituição deve prestar contas de seu serviço a sociedade (DURHAM, 1989).

Para perceber a prestação de contas do ensino superior brasileiro, existe inicialmente a necessidade de considerar o contexto da dimensão administrativa e geográfica do país. As instituições estão localizadas em diversas partes do Brasil, o qual é geograficamente dividido

em 5 regiões – Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste – que estão subdivididas em um total de 27 unidades administrativas, Figura 1, sendo 26 estados e 1 distrito federal. Essas unidades são administrados por órgãos distintos e independentes submetidos a um sistema de controle para garantir o cumprimento das leis e da constituição da brasileira (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015).



**Figura 1.** Mapa do Brasil com regiões e estados.

Fonte: Obtido em <https://www.google.pt/search?q=mapa+do+brasil+por+regi%C3%A3o+e+estado>.

Atualmente, na segunda década do XXI, identificam-se diversas instituições de ensino superior no Brasil que, como podemos observar na Figura 2, estão divididas em faculdades, centros universitários, institutos federais e universidades.

Tipos de organização acadêmica	Entidades	Frequência relativa
Faculdades	2.245	84%
Centros universitários	187	7%
Institutos federais	40	1%
Universidades	198	7%
Total	2.670	100%

**Figura 2.** Instituições de ensino superior por organização acadêmica.

Elaboração própria a partir das informações de 15/03/2015 do Ministério da Educação (2015)



Entre as 198 universidades existentes no país, 104 entidades, 53%, são classificadas como universidades públicas. Essas estão distribuídas em 1% na categoria administrativa pública municipal, 20% na categoria administrativa pública estadual e 32% na categoria administrativa pública federal.

A constituição de 1988 dispõe no artigo 212 que União deverá financiar anualmente nunca menos de 18% da receita resultante de impostos para o desenvolvimento da educação. E os estados, distrito federal e os municípios deverá financiar no mínimo 25% da receita de impostos estaduais e municipais. Assim, podemos concluir que a legalidade garante que seja destinado um relevante volume da receita pública para educação. E iremos focar a abordagem da universidade pública na categoria administrativa federal (BRASIL, 1988).

De acordo com a Figura 3, as universidades da categoria administrativa pública federal estão distribuídas entre as regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-oeste. A região Sudeste está colocada na primeira posição com 19 das 63 universidades existentes no Brasil em 2015.

Região	Unidades Federativas do Brasil	Número de	Fre-
<b>Norte</b>		<b>10</b>	<b>16%</b>
	Acre		
	Amapá		
	Amazonas		
	Pará		
	Rondônia		
	Roraima		
	Tocantins		
<b>Nor-</b>		<b>18</b>	<b>29%</b>
	Alagoas		
	Bahia		
	Ceará		
	Maranhão		
	Paraíba		
	Pernambuco		
	Piauí		
	Rio Grande do Norte		
	Sergipe		
<b>Sudeste</b>		<b>19</b>	<b>30%</b>
	Espírito Santo		
	Minas Gerais		
	Rio de Janeiro		
	São Paulo		
<b>Sul</b>		<b>11</b>	<b>17%</b>
	Rio Grande do Sul		
	Paraná		

Santa Catarina		
<b>Centro-Oeste</b>	<b>5</b>	<b>8%</b>
Distrito Federal		
Goiás		
Mato Grosso		
Mato Grosso do Sul		
<b>Total</b>	<b>63</b>	<b>100</b>

**Figura 3.** Distribuição de universidade pública por região e unidade federativa no Brasil.

Fonte: Elaboração própria das informações retiradas em de 11/02/2015 de <http://emec.mec.gov.br>.

No Brasil, o Sudeste é a região que apresenta o maior Produto Interno Bruto (PIB), na qual é identificado o Estado de São Paulo como destaque nessa região e no país. Para além desses aspectos, São Paulo é o estado brasileiro mais populoso com 41.262.199 milhões de habitantes em 2010, superando em número de habitantes a soma das regiões Sul e Centro-Oeste (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015). E as universidades federais dessa unidade federativa foram avaliadas pelo Ministério da Educação com a classificação máxima de 5 no Índice Geral de Qualidade dos Cursos.

## 2.2 Nova Gestão Pública

A Nova Gestão Pública (NGP) é um movimento que surgiu no final da década de setenta nos Estados Unidos da América e no Reino Unido, propagando-se gradativamente a diversos países. Esse movimento tem as suas premissas suportadas, principalmente, nas teorias da escolha pública, custos económicos de transação e da teoria da agência. A estagnação económica, a mediocridade do desempenho dos serviços, a ausência de prestação de contas da administração pública (TOLOFARI, 2005) e as restrições orçamentais que se têm vindo a colocar foram os principais aspectos que serviram de força motriz para o clamor das reformas introduzidas pela NGP.

Além disso, surgiu um pensamento coletivo que os serviços públicos devem ser organizados e eficientes para satisfazer as necessidades dos cidadãos (TOLOFARI, 2005). Esse processo envolveu uma conceção diferente da responsabilidade da administração pública, sustentada na ideia da diminuição ou remoção das diferenças do cenário existente entre o setor público e privado. A conceção foi suportada pela mudança da ênfase na prestação de contas da administração pública como um componente da responsabilidade em termos de resultados. Nesse contexto de mudança na gestão da administração pública, observa-se que a contabilidade é um elemento essencial no processo de prestação de contas, refletindo a confiança das técnicas e dos métodos utilizados nas atividades do setor privado e que foram adotadas no setor público (HOOD, 1995).

A educação superior pública, como um elemento componente do setor da educação do governo de país, também tem sido influenciada pelo movimento da NGP, na qual se identifica a exigência de novos mecanismos para a alocação do orçamento financeiro e para o sistema de gestão. A NGP foi implementada com êxito em diversas áreas do setor público, e, as universidades públicas, como organizações financiadas principalmente por recursos públicos,

são confrontadas pela necessidade dos cidadãos de obter transparência sobre uso dos recursos financeiros (LEITNER, 2002).

Sarrico (1998) destaca a submissão dessas organizações a avaliação externa da qualidade dos seus serviços é para atender, principalmente, a dois interessados. O primeiro, a administração pública superior, que procura controlar a prestação de contas dos recursos fornecidos ao ensino superior. O segundo, o candidato à instituição, que está cada vez mais criterioso ao escolher a universidade. A universidade é subordinada à pressão dos interessados e à necessidade de obter um resultado favorável no alcance dos seus objetivos internos.

No setor da educação superior identifica-se um aumento da competição por alunos e recursos com a introdução nos meios de comunicação de massa de tabelas classificatórias de universidades com informações de qualidade e investigação, identificando-se a maior utilização de técnicas de gestão do setor privado (DENT; BARRY, 2004). Para Amaral e Magalhães (2000), as universidades públicas sofrem pressões que são originadas das práticas de eficiência e rigor do mundo dos negócios, representando a necessidade de tornar os serviços das instituições mais relevantes e transparentes para a sociedade.

No Brasil, houve um conjunto de políticas para a educação superior implementadas a partir de 1995, que surgiram da necessidade de construir instrumentos legais para sustentar e avaliar de forma eficaz a grande expansão no número de instituições criadas no país. O processo avaliativo tornou-se um relevante instrumento para informar acerca da qualidade e capacidade profissional oferecidas pelos cursos, do mesmo modo que identifica as instituições de ensino superior que estão mais ajustadas às exigências da sociedade (DIAS SOBRINHO, 2010).

Assim, no contexto da reflexão da NGP no ensino superior, identifica-se que as universidades públicas federais são submetidas ao controle dos órgãos externos que estabelecem para as entidades as normas de organização e apresentação dos relatórios de gestão. Por fim, o setor do ensino superior no Brasil também é submetido ao controle por eficiência e prestação de contas que se observa no contexto da NGP.

### **2.3 Capital intelectual na universidade**

Na literatura identificam-se várias definições de capital intelectual, Leitner *et al.* (2014) destaca que o termo capital intelectual se refere aos recursos de uma organização que não só inclui os recursos de capital humano, mas também os recursos da própria organização e as relações com o ambiente na qual está inserida. Neste artigo será utilizada a definição de Andriessen (2004), na qual capital intelectual é um subconjunto de intangíveis que inclui todos os recursos que estão relacionados com a capacidade e atividade intelectual.

Do mesmo modo, observa-se na literatura uma diversidade de classificações do capital intelectual em categorias. No entanto, parece haver uma predominância na literatura entre diversos autores – Edvinsson e Malone (1997), Machado (2008), Lu (2012) - em classificar o capital intelectual em três categorias:

1. capital humano – definido como as competências e experiências das pessoas;

2. capital estrutural ou organizacional – definido como o conhecimento que se mantém dentro da organização e que compreende, nomeadamente, rotinas organizacionais, processos, sistemas, culturas e bases de dados;

3. capital relacional – definido como os recursos vinculados às relações externas da organização, com os clientes, fornecedores ou parceiros.

A entidade pode dispor de vários indicadores para cada uma das categorias de capital intelectual, mas esses devem ser selecionados quando atendem a um conjunto de características que são relevantes para o contexto da análise da organização. Assim, a articulação dos gestores em torno do capital intelectual é um contributo para aumentar a eficiência e eficácia da abordagem na organização, elevando as opções de escolha de indicadores para uma reflexão que responda às mudanças futuras (EUROPEAN COMMISSION, 2006).

A preparação do relato sobre capital intelectual numa organização percorre um processo que é iniciado com a identificação dos intangíveis relevantes para organização, associados com os objetivos da mesma. Em seguida, esses intangíveis irão compor a elaboração de um documento denominado narrativo de conhecimento, que contribuirá para a esclarecer sobre os intangíveis que criam valor para a entidade, no qual são destacados os motivos pelos quais os elementos de capital intelectual fornecem e não fornecem vantagens para a organização (EUROPEAN COMMISSION, 2006).

Outro aspeto relevante para o documento denominado narrativo do conhecimento, é a seleção de um indicador sobre os intangíveis que reúna as seguintes características (MERITUM, 2002):

1. comparável – quando ele é calculado e apresentado de acordo com critérios aceites, de modo que os usuários possam fazer comparações temporais na organização e espaciais - entre organizações diferentes;
2. confiável - quando é objetivo, verdadeiro e verificável;
3. objetivo - se o seu valor não é afetado por qualquer viés decorrente dos interesses das partes envolvidas na preparação das informações divulgadas pela organização;
4. verdadeiro - se a informação que apresenta reflete a situação real da organização;
5. verificável - se é possível avaliar a veracidade das informações proporcionadas.

Para além dessas considerações relativas a preparação do relato de capital intelectual, existem medidas que permitem acompanhar o capital intelectual na organização, como por exemplo, avaliar as opções estratégicas. Fechando a relação de procedimentos de controlo interno com um conjunto de condições que forneça de forma confiável e precisa o acompanhando das informações de capital intelectual. Essas ações funcionam como contributo para obter os benefícios do processo de capital intelectual (EUROPEAN COMMISSION, 2006).

Blackman e Kennedy (2009), com base nos dados recolhidos, observam que a ausência de atenção da gestão universitária nas questões do conhecimento, como o capital intelectual,



pode prejudicar a tomada de decisão e a eficiência da organização. A abordagem dos autores conduz a uma mudança de posicionamento da instituição, na qual ela deverá adaptar-se às mudanças do ambiente em que se insere como forma de criar, continuamente, conhecimento e, dessa forma alcançar o seu sucesso.

Tendo em consideração a NGP e o capital intelectual, Siboni, Nardo e Sangiorgi (2013) realizaram um estudo que envolveu, em primeiro lugar, a identificação das diretrizes existentes em vários países da Europa sobre a divulgação do capital intelectual. Seguidamente, suportados nas diretrizes da Dinamarca, identificaram, através da análise de conteúdo, quais as informações de capital intelectual que as universidades italianas consideravam nos seus planos de desempenho. Concluíram que existem vários itens de capital intelectual nos planos de desempenho das universidades com uma incidência de 27,60%.

Siboni *et al.* (2013) destacam que houve uma ênfase nas relações com parceiros externos com um percentual de 43,18%. Por fim, os autores concluem que as universidades estaduais italianas investem fortemente em questões relativas ao capital relacional. Essas estão associadas à realização da terceira missão do sistema universitário. Além disso, as universidades italianas têm investido em questões ligadas ao capital organizacional, contribuindo para o aumento da eficiência global do setor público.

No Brasil, Gubiani (2011) elaborou um modelo para apresentar um diagnóstico da influência dos componentes do capital intelectual no potencial de inovação das universidades. Os resultados mostraram que a estratégia para a inovação da instituição e a rede de contactos influencia o potencial de criação de novos conhecimentos para a formação de organizações de base tecnológica.

Noutro estudo no Brasil, Peroba (2013) identificou e analisou a percepção de professores e coordenadores atuantes no mestrado em administração sobre a relevância do modelo de capital intelectual. A investigação constatou o entendimento para essas partes interessadas sobre o relatório do capital intelectual como uma ferramenta útil e imprescindível para a gestão e a transparência de instituições de ensino superior.

Na Áustria, identifica-se que as universidades foram compelidas à elaboração anual do relatório de capital intelectual em 2006, segundo *Universities Act 2002*, apresentando no mínimo as seguintes informações (FEDERAL MINISTRY OF EDUCATION, 2002):

1. a atividade da universidade, os objetivos sociais e estratégicos autoimpostos;
2. a categoria de capital humano, estrutural e relacional;
3. os processos estabelecidos no compromisso de desempenho, incluindo os seus resultados e impactos.

A revisão da literatura focada no capital intelectual e nas universidades mostra a importância de mensurar o capital intelectual, destacados três aspetos que parecem determinantes neste foco:

1. a maioria dos ativos que agregam valor para a universidade é composta de ativos de natureza intangível, assim a mensuração do capital intelectual é um instrumento que fornece condições para atender a essa característica particular das universidades;
2. ao divulgar as informações de capital intelectual as organizações assumem uma posição mais transparente para os órgãos de controlo e para a sociedade, uma vez que sua atividade é maioritariamente suportada por recursos de natureza intangível. Assim, a divulgação de capital intelectual parece ser um contributo fundamental para agregar ao processo de transparência do segmento da educação superior;
3. a diversidade de indicadores possíveis de serem utilizados para análise de capital intelectual levanta a discussão ainda em construção de como realizar uma comparação sem um padrão mínimo básico para divulgação entre diferentes instituições.

Identificou-se nos estudos de Leitner (2002) e Sánchez *et al.* (2006) uma abordagem que cria divisões e subdivisões para o capital intelectual, Figura 4, com indicadores para as universidades.



**Figura 4.** Subdivisão do capital intelectual de Leitner (2002) e Sánchez *et al.* (2002)

Fonte: Elaboração própria.

Por fim, considera-se que as universidades públicas devem assumir uma posição mais transparente com a gestão dos recursos intangíveis da organização, alinhando com as exigências de reforma da NGP.

### 3.1 Metodologia

Este artigo segue uma abordagem qualitativa, a qual pode ser descrita como uma forma de explorar e compreender o significado individual ou grupal de um problema social ou humano que envolve questões emergentes. Nesse tipo de tratamento o investigador tem um papel fundamental na observação da importância dos dados (CRESWELL, 2009). A interpretação é uma parte essencial tanto no método qualitativo como no método quantitativo, mas, na abordagem qualitativa, o investigador deverá realizar uma recolha de dados com uma aceção rigorosamente elaborada. Esse processo deverá ser preparado com planos padronizados que exigem uma grande capacidade para perceber criticamente o tema, analisando e sintetizando a compreensão dos dados (STAKE, 2007).

Seleciona-se a técnica de análise de conteúdo para a compreensão das informações de capital intelectual no relatório de gestão da universidade pública federal de São Carlos. A análise de conteúdo é um dos procedimentos clássicos para análise de texto e o seu ponto de partida é a mensagem, seja ela oral ou escrita, que expressa as representações nas práticas sociais, contribuindo para expressar situações económicas e socioculturais nas quais os emissores estão inseridos (FRANCO, 2008).

Destaca-se que a análise de conteúdo não é um método, mas uma técnica de investigação que utiliza o confronto entre um quadro de referência ou categoria criado pelo investigador e os dados empíricos recolhidos. Essa técnica possui duas dimensões: a primeira descritiva na qual são narrados os dados recolhidos, a segunda provém das interrogações do investigador face a um objeto de estudo, com recurso de um sistema de conceitos teórico-analíticos cuja articulação permite formular as regras de inferências (GUERRA, 2014).

Assim, utilizamos a relação do PIB dos estados no Brasil para determinar a escolha da universidade, considerando o conceito da seleção gradual, na qual se selecionou o Estado de São Paulo como o representativo do maior PIB dos estados brasileiros no período de 2002 a 2012. Por fim, utilizou-se o relatório de gestão do ano de 2013 Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – Situada na cidade de São Carlos.

Para utilizar a técnica de análise de conteúdo, desenvolveu-se um quadro referencial de categorias com os elementos relevantes do capital intelectual. Esse processo é frequentemente utilizado pelo investigador para suportar a análise com modelos teóricos existentes na literatura (FLICK, 2005). A criação do quadro referencial tem o objetivo de classificar os elementos da temática em diferentes gavetas segundo critérios pré-definidos para fazer surgir um sentido para aquilo que se procura encontrar na investigação (BARDIN, 2011). A proposta do esquema de categorização neste artigo foi desenvolvida com base na subdivisão e nos indicadores de capital intelectual para as universidades dos estudos de Leitner (2002) e de Sánchez *et al.* (2006).

Foram selecionadas para compor o quadro as subdivisões consensuais da revisão da literatura sobre capital intelectual: capital humano, capital organizacional e capital relacional. Acrescida das subdivisões pesquisa, educação, conhecimento através da propriedade intelectual, utilizadas nos estudos por Leitner (2002) e pertinentes para a atividade da educação superior. Por fim, a criação de uma categoria denominada estratégia institucional, fundamentada na referência de Cañibano *et al.* (2004) que aponta a importância da relação entre o intangível e os

objetivos estratégicos da organização e na identificação da exigência de informar esse item nos relatórios da universidade de Áustria. Para finalizar, houve a subdivisão das categorias em subcategorias representativas de indicadores de capital intelectual para este estudo. Houve uma comparação entre o quadro referencial, Figura 5, e o conteúdo do relatório de gestão da universidade.

Nº	Categoria	Definição
1	Estratégia Institucional	Refere-se ao conjunto de objetivos a serem alcançados pela organização que estão relacionados com as suas atividades.
2	Capital Humano	Refere-se às informações sobre os elementos humanos permanentes da universidade, nomeadamente, os docentes, servidores públicos e funcionários.
3	Capital Organizacional	Refere-se às informações sobre a estrutura institucional que poderá suportar o desenvolvimento do capital humano.
4	Pesquisa	Refere-se à codificação do conhecimento através das informações de participação em eventos e na produção científica dos docentes e alunos em livros, jornais e revistas.
5	Educação	Refere-se aos dados sobre conhecimento codificados através das informações de oferta de graduação, especialização, mestrado, doutoramento e produção de dissertações e teses.
6	Conhecimento através da Propriedade Intelectual	Refere-se às informações sobre patentes, marcas e direitos de autor de propriedade da universidade.
7	Capital Relacional	Refere-se às informações sobre a relação externa entre a universidade e outras organizações, docentes, servidores e alunos. Além das informações de incubadora de empresa.

**Figura 5.** Quadro descritivo das categorias.

Fonte: Elaboração própria.

Em seguida, classificou-se o tipo de dado com 1, se o conteúdo é discursivo; 2, se o conteúdo é numérico e 3, se o conteúdo é apresentado em forma de unidade monetária brasileira. Se o elemento do quadro referencial não tiver correspondente no relatório de gestão, codificou-se como o número 0.

#### 4. Análise dos resultados

O quadro referencial deste artigo é codificado com indicadores agrupados em 7 categorias: estratégia institucional, capital humano, capital organizacional, pesquisa, educação, conhecimento através da propriedade intelectual e capital relacional. O quadro referencial é composto por 35 indicadores que são subdivididos nas 7 categorias, exceto a categoria Estratégia Institucional que não apresenta subdivisão.

Os resultados obtidos do relatório de gestão da Universidade Federal de São Carlos identifica a incidência de um total de 113 observações de indicadores de capital intelectual. A Figura 6 mostra que os 113 indicadores estão divididos nas categorias estratégia institucional com 19%, capital humano com 42%, capital organizacional com 12%, educação com 19%, capital relacional com 9% e pesquisa com 1%. O relatório de gestão de 2013 não faz referência a nenhum indicador da categoria de conhecimento através da propriedade intelectual.





CONGRESSO DE  
CONTABILIDADE  
**2015**

VNIVERSITAT  
D VALÈNCIA

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA

- 6º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
- 6º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
- 9º Congresso IBEROAMERICANO de Contabilidad e Gestión



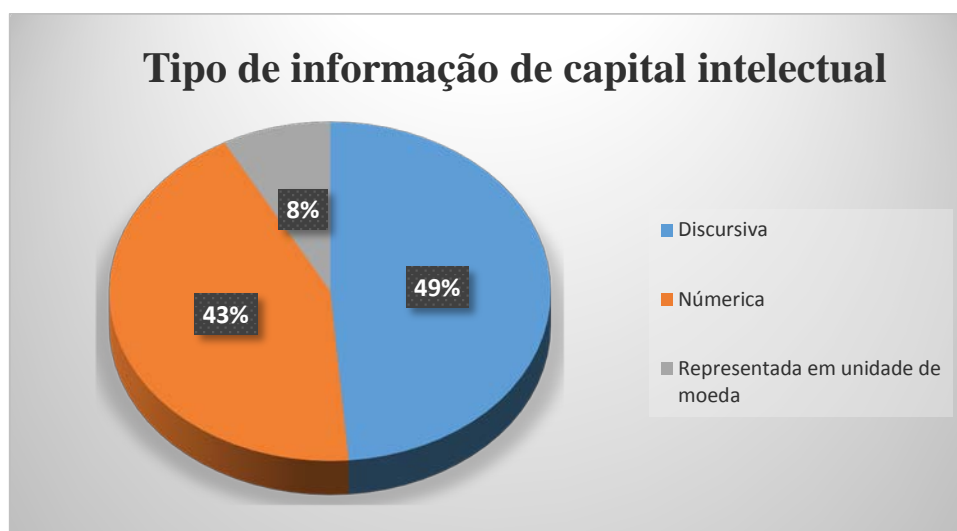
Nº	Categoria	Incidência		Número por categoria	Frequência Relativa por categoria
		Nº	%		
1	Estratégia Institucional	21	19%	21	19%
2	Capital Humano			47	42%
	2.1 Número de professores	6	5%		
	2.2 Número de professores em tempo integral	1	1%		
	2.3 Número de servidores	6	5%		
	2.4 Número de alunos	18	16%		
	2.5 Proporção aluno e professor	3	3%		
	2.6 Proporção aluno e servidor	4	4%		
	2.7 Proporção docente e servidor	1	1%		
	2.8 Proporção de servidor e docente	3	3%		
	2.9 Nível de escolaridade dos servidores	2	2%		
	2.10 Titulação dos docentes	3	3%		
3	Capital Organizacional			13	12%
	3.1 Estrutura e acervo da biblioteca	0	0%		
	3.2 Equipamentos	1	1%		
	3.3 Sistemas informáticos	2	2%		
	3.4 Estrutura física	10	9%		
4	Pesquisa			1	1%
	4.1 Produção científica	0	0%		
	4.2 Artigos científicos	0	0%		
	4.3 Artigos em base indexada	0	0%		
	4.4 Livros	0	0%		
	4.5 Realização de evento (Seminários, congressos, jornadas, etc.)	0	0%		
	4.6 Participação em Evento (Seminários, congressos, jornadas, etc.)	0	0%		
	4.7 Grupo de pesquisa	1	1%		
5	Educação			21	19%
	5.1 Número de graduação	9	8%		
	5.2 Número de cursos de mestrado e doutorado	9	8%		
	5.3 Número de dissertações e teses	3	3%		
6	Conhecimento através da Propriedade Intelectual			0	0%
	6.1 Patente	0	0%		
	6.2 Marca	0	0%		
	6.3 Licença	0	0%		
	6.4 Direitos autorais	0	0%		

7 Capital Relacional			10	9%
7.1	Parcerias e cooperação	9	8%	
7.2	Professor visitante	0	0%	
7.3	Mobilidade de docente	0	0%	
7.4	Mobilidade de servidor	0	0%	
7.5	Mobilidade ou intercâmbio de alunos	1	1%	
7.6	Incubadora de empresa	0	0%	
<b>Total</b>		<b>113</b>	<b>100%</b>	<b>113 100%</b>

**Figura 6.** Número de incidência de informações de capital intelectual

Fonte: Elaboração própria.

Destaca-se que, na Figura 7, uma divulgação de 49% de indicadores na forma discursiva, 43% na forma numérica e 8% em unidades monetárias.



**Figura 7.** Tipo da informação de capital intelectual.

Fonte: Elaboração própria.

## 5. Conclusão

Este artigo teve o objetivo de identificar e analisar as informações sobre capital intelectual no relatório de gestão da Universidade Federal de São Carlos, considerando a importância do contributo para compreensão da temática para esse tipo de organização. Neste contexto, utilizou-se uma abordagem exploratória com a técnica da análise de conteúdo aplicada ao relatório de gestão do ano 2013.

O resultado da observação identifica a incidência de 113 unidades de registro de indicadores de capital intelectual no relatório de gestão, distribuídos nas categorias de estratégia institucional com 19%, capital humano com 42%, capital organizacional com 12%, educação com 19%, capital relacional com 9% e pesquisa com 1%. As informações são reveladas na forma do tipo discursivo com 49%, na forma do tipo numérico com 43% e 8% referenciados em moeda brasileira.

Com base nos resultados da análise de conteúdo, observou-se uma frequente apresentação da estratégia institucional e uma relevante divulgação da categoria de capital humano. Essa divulgação parece relacionada ao controle do Tribunal de Contas que emite vários documentos indicativos – a exemplo da Instrução Normativa nº 63 de 01 de Setembro de 2010 e da Instrução Normativa nº 72 de 15 de maio de 2013, para apresentação do documento.

Observa-se que a organização aponta na categoria estratégia institucional os macroprocessos finalísticos relativo a atividade de pesquisa, sem revelar na divulgação do relatório de gestão a observação referente a mesma. A universidade federal de São Carlos não divulga, no conteúdo de 160 páginas do relatório de gestão do ano de 2013, a produção científica dos docentes e discentes. Existe uma única referência a formação de grupo de pesquisa e a distribuição percentual na categoria de pesquisa é quase nula, parecendo refletir um paradoxo entre a indicação no macroprocesso finalístico e a ausência de divulgação da produção científica, artigos científicos, etc. Para além disso, existe também uma lacuna na divulgação das categorias do capital organizacional, conhecimento através da propriedade intelectual e capital relacional. Neste contexto, existe a condução da reflexão que o movimento da NGP no Brasil ainda não gera a prestação de contas da sua atividade essencial para sociedade.

E como pista de investigação futura, sugerimos um aprofundamento na reflexão sobre a viabilidade de eleger uma lista de indicadores básicos para divulgação de capital intelectual na universidade no Brasil. Para além disso, sugerimos um alargamento do estudo a outras universidades brasileiras para perceber melhor a divulgação do capital intelectual no contexto da NGP.

## Referências

- AMARAL, A.; MAGALHÃES, A. **O conceito de stakeholder eo novo paradigma do ensino superior**. Revista portuguesa de educação, v. 13, p. 7–28, 2000.
- ANDRIESSEN, D. **Making sense of intellectual capital**. London: Routledge, 2004.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BLACKMAN, D.; KENNEDY, M. **Knowledge management and effective university governance**. Journal of Knowledge Management, v. 13, n. 6, p. 547–563, 2009.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado 1988.
- CAÑIBANO, L.; GARCÍA-AYUSO, M.; SÁNCHEZ, M. P. **Accounting for intangibles: a literature review**. In: Lecturas sobre Intangibles y capital intelectual. Madri: Asociación española de contabilidad y administración de empresas, 2004.
- CRESWELL, J. W. **Research design qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. In: Los Angeles: SAGE Publications, 2009.
- DENT, M.; BARRY, J. **New Public Management and the professions in the UK: REconfiguring Control?** In: Introduction: Questioning the New Public Manament. Aldershot: Ashgate, 2004.
- DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao Sinaes**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 15, p. 195–224, 2010.
- DURHAM, E. **A autonomia universitária: o princípio constitucional e suas implicações**. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior, 1989.
- EDVINSSON, L.; MALONE, M. **Intellectual capital**. London: Piatkus, 1997.
- EUROPEAN COMMISSION. **Reporting intellectual capital to augment research, development and innovation in SMEs - RICARDIS**. Belgium: [s.n.].
- FEDERAL MINISTRY OF EDUCATION. **Austrian Universities Act 2002**.
- FLICK, U. **Métodos qualitativos na investigação científica**. Lisboa: Monitor, 2005.
- FRANCO, M. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.
- GALBRAITH, J. **O novo estado industrial**. Portugal: Publicações Europa-América, 1985.
- GUBIANI, J. **Modelo para Diagnosticar a Influência do Capital Intelecual no Potencial de Inovação nas Universidades**. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2011.
- GUERRA, I. **Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo**. Caiscais: Principia, 2014.
- HOOD, C. **The “New Public Management ” in the 1980s : Variations on a Theme**. Accounting, Organizations and Society, v. 20, n. 2-3, p. 93–109, fev. 1995.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. São Paulo.





INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sistema Nacional da Educação Superior (SINAES)**. Brasília: Inep, 2011.

LEITNER, K.-H. **Intellectual capital reporting for universities: Conceptual background and application for Austrian universities**. 2002.

LEITNER, K.-H. et al. **A strategic Approach for Intellectual Capital Management in European Universities**. Bucharest: UEFISCDI, 2014.

LU, W.-M. **Intellectual capital and university performance in Taiwan**. Economic Modelling, v. 29, n. 4, p. 1081–1089, jul. 2012.

MACHADO, E. **Capital Intelectual um estudo nas universidades ibéricas**. Penafiel: Editorial Novembro, 2008.

MERITUM. **Guidelines for Managing and Reporting on Intangibles (Intellectual Capital Report)**. Madri: [s.n.].

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>.

PEROBA, T. **Modelo de avaliação de capital intelectual para os cursos de mestrado profissional em administração**. Fundação Getulio Vargas, 2013.

SÁNCHEZ, M. P.; CASTRILLO, R.; ELENA, S. **The Intellectual Capital Report for Universities**. In: *Methodological Guide*. Madri.

SARRICO, C. **Performance Measurement in UK Universities : Bringing in the Stakeholders ' Perspectives Using Data Envelopment Analysis**. University of Warwick, 1998.

SCHWARTZMAN, S.; KLEIN, L. **Brazil, Higher Education and Government**. In: *Government and Higher Education Relationships Across Three Continents The Winds of Change*. Oxford: Pergamon, 1994.

SIBONI, B.; NARDO, M. T.; SANGIORGI, D. **Italian state university contemporary performance plans: An intellectual capital focus?** Journal of Intellectual Capital, v. 14, n. 3, p. 414–430, 2013.

STAKE, R. **A Arte da Investigação com Estudos de Caso**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2007.

TOLOFARI, S. **New Public Management and Education**. v. 3, n. 1, p. 75–89, 2005.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Instrução Normativa - TCU Nº 63**, de 1º DE Setembro de 2010.